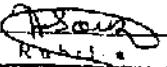




2*	PUBLICADO NO D. O. U.	
C	Da 06/06 / 1986	
C	 Roberto Barbosa de Castro	

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
Processo N.º 13.853-000.014/85-89

SGC

Sessão de 12 de dezembro de 1985

ACORDAO N.º 202-00.803

Recurso n.º 77.209

Recorrente JUMIL TRANSPORTE E COMÉRCIO LTDA.

Recorrida DRF EM RIBEIRÃO PRETO - SP

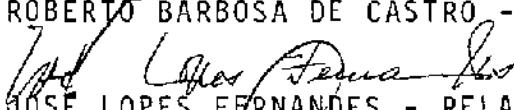
ISTR - Falta de recolhimento do imposto lançado e não recolhido.  
Recurso não provido.

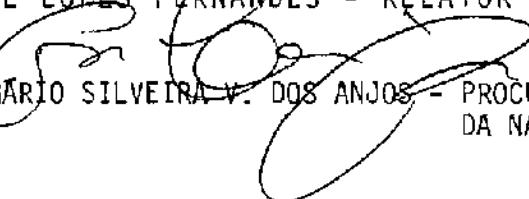
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JUMIL TRANSPORTE E COMÉRCIO LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985

  
ROBERTO BARBOSA DE CASTRO - PRESIDENTE

  
JOSE LOPES FERNANDES - RELATOR

  
OLEGÁRIO SILVEIRA V. DOS ANJOS - PROCURADOR-REPRESENTANTE DA FAZENDA NACIONAL

VISTA EM SESSÃO DE 16 JAN 1986

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros ELIO ROTHER, MÁRIO CAMILO DE OLIVEIRA, PAULO IRINEU PORTES, MARIA HELENA JAIME, EUGÉNIO BOTINELLY SOARES e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.



9  
MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
Processo N.º 13.853-000.014/85-89

Recurso n.º: 77.209

Acordão n.º: 202-00.803

Recorrente: JUMIL TRANSPORTE E COMÉRCIO LTDA.

R E L A T Ó R I O

Lavrrou-se auto de infração contra a firma epigrafada sob o fundamento de que, no período de 19.10.82 a 30.11.84, transportou mercadorias, cobrando o frete no montante Cr\$ 441.581.512 e lançando o ISTR na quantia de Cr\$ 22.079.064, deixando porém de recolher o tributo, com infringência ao art. 18, inciso II, do Decreto nº 77.789/79, pelo que ficou sujeita à penalidade prevista no art. 36 (incisos I e II) do mesmo diploma legal.

Na impugnação à exigência, a autuada desenvolve alegações, sem muita pertinência com o fato ilícito apurado, expendendo considerações sobre a ilegalidade do procedimento fiscal, inocorrência do fato gerador, ressaltando a injustiça da tributação baseada em valores fixados aleatoriamente, sem considerar as condições de mercado e os aspectos de lucro da empresa.

A Delegacia da Receita Federal em Ribeirão Preto, SP, indeferiu a impugnação para manter a exigência fiscal, nos termos da autuação inicial.

As razões de recurso, propostas tempestivamente, insistem nas mesmas alegações produzidas ante a instância singular, ressaltando "não ter a decisão recorrida nem referido sobre as provas carreadas, necessárias a demonstrar o direito líquido e certo do Recorrente ao não pagamento do tributo devido". Aduz mais que "não pretende eximir-se de pagar débitos tributários, mas somente o fará, se forem devidos, se estiver no polo da rela-

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Raul J. S. de Oliveira".

segue-

Processo nº 13.853-000.014/85-89

Acórdão nº 202-00.803

relação tributária".

É o relatório.

#### VOTO DO RELATOR, CONSELHEIRO JOSÉ LOPES FERNANDES

A infração imputada à firma recorrente é o não recolhimento do Imposto sobre os Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Passageiros e Cargas (ISTR), instituído pelo Decreto-lei nº 1.438, de 26.12.75, e regulamentado pelo Decreto nº 77.789, de 09.06.76.

A falta de recolhimento do tributo foi apurada mediante o exame dos elementos da escrita fiscal e dos documentos com ela relacionados, conforme consta do Termo de Encerramento da ação fiscal.

Se o imposto foi cobrado aos clientes pela firma transportadora e lançado na sua escrituração fiscal, não pode a Recorrente agora alegar que não é o sujeito passivo na relação tributária e nem que o ônus tributário é indevido. Nenhuma prova foi trazida ao processo no sentido de contestar a incidência do imposto, descabendo alegações genéricas sobre a ilegalidade do procedimento, inocorrência do fato gerador e aspectos injustos da tributação.

A propósito, o art. 39, inciso II, do Decreto nº 77.789/76, estabelece que "a incidência do imposto independe do resultado financeiro obtido pela prestação ou execução do serviço", disposição que responde à alegação de que o tributo é fixado aleatoriamente e não leva em consideração condições de mercado e os aspectos do lucro da empresa.

Ademais, se a firma recorrente cobrou o imposto dos clientes e não o recolheu aos cofres da Fazenda está retendo ilicitamente importâncias arrecadadas de terceiros, e as alegações apresentadas não tem outra justificativa senão a de protelar o pagamento de valores que não lhe pertencem e dos quais é mera depositária.

Nego provimento ao recurso.

v.v.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1985

*JOSE LOPES FERNANDES*  
JOSE LOPES FERNANDES

*PLD*